

## REVOLUÇÃO BURGUESA E REVOLUÇÃO PERMANENTE EM MARX E ENGELS \*

MICHAEL LÖWY

CNRS – Paris

A teoria da revolução permanente delimita um campo teórico cujos principais problemas, dialeticamente interligados, são os seguintes: 1.º) a possibilidade de uma revolução proletária e socialista em um país atrasado, subdesenvolvido, semifeudal, pré-capitalista ou pré-industrial; 2.º) a transição ininterrupta da revolução democrática para a socialista e a realização das tarefas ditas democrático-burguesas (independência e unidade nacional, emancipação dos camponeses da opressão dos proprietários fundiários, democracia política) pelo poder proletário, combinadas com as tarefas socialistas; 3.º) a extensão internacional do processo revolucionário e a construção do socialismo em escala mundial.

Esta teoria foi formulada pela primeira vez por L. Trotsky em 1905-6. Trata-se, sem dúvida alguma, de uma inovação teórica, de uma contribuição original ao pensamento marxista e não, simplesmente, da reafirmação de uma “ortodoxia”. Uma “heresia” então, uma ruptura com as concepções fundamentais de Marx e com os princípios essenciais do materialismo histórico?

Um lugar comum repetido e repassado *ad infinitum* pelas diferentes espécies e variedades de antimarxistas estabelece que “de acordo com os marxistas, a revolução proletária deve ser o desenlace final

---

\* Redigido originalmente em francês, o presente estudo faz parte de um livro ainda em preparo a ser publicado futuramente pela *New Left Books*, Londres. O *Post-Scriptum* que o acompanha foi concebido em função da tradução brasileira (N.d.R.).

da industrialização, e não *vice-versa*, e deverá ocorrer em primeiro lugar nos países altamente industrializados e somente muito mais tarde na Rússia" (1). Mas este lugar comum ganhou a força de um dogma incontroverso na medida em que também foi defendido e ilustrado por muitos (quando não pela maioria) marxistas, desde o final do Século XIX até os nossos dias. Para citar apenas um exemplo entre mil: Karl Kautsky, o "papa do marxismo" da Segunda Internacional, proclamava em 1909: "Marx e Engels reconheceram... que uma revolução não se faz quando se quer, mas que, em determinadas condições, ela se produz necessariamente, sendo impossível enquanto essas condições... não se encontram reunidas. Somente onde o sistema de produção capitalista atingiu um elevado grau de desenvolvimento, as condições econômicas permitem a transformação, pelo poder público, dos meios de produção em propriedade social" (2).

Esta coincidência, esta quase unanimidade entre marxistas e antimarxistas, só podia reforçar uma certa interpretação do marxismo, na qual o pensamento de Marx e o seu método, o materialismo histórico, aparecem como totalmente em contradição com o que ocorreu no Século XX e, em particular, como incapaz de explicar os movimentos revolucionários animados por partidos e organizações que se proclamavam marxistas, a começar por Outubro de 1917. Para uns esta contradição provaria o erro fundamental do marxismo, para outros demonstraria a perfídia e o "aventurismo" antimarxista dos bolcheviques. Era tal a força deste preconceito que em 1917 Gramsci podia saudar a Revolução de Outubro em um artigo intitulado "A Revolução Contra o *Capital*" (3).

Ora, a nosso ver, uma análise rigorosa e precisa dos escritos de Marx e Engels revela uma problemática muito mais complexa e matizada, no interior da qual podemos encontrar também elementos, idéias e hipóteses que preparam o terreno para a teoria da revolução permanente (tal como Trotsky a formulou). Não é menos verdade,

---

(1) Karl Popper, *The Open Society and its Enemies*, Routledge, London, 1962, vol. 2, p. 111.

(2) Kautsky, *Le chemin du pouvoir*, 1909, Ed. Anthropos, Paris, 1969, p. 3. Em nome desta tese, Kautsky vai-se opor categoricamente à Revolução de Outubro e aos bolcheviques a partir de 1917.

(3) "Na Rússia, o *Capital* de Marx era antes o livro dos burgueses do que dos proletários. Era, para a Rússia, a demonstração crítica de que devia fatal e necessariamente formar-se, de início, uma burguesia, começar uma era capitalista, instaurar-se uma civilização de tipo ocidental, antes que o proletariado possa sequer cuidar de se pôr em movimento, pensar em suas reivindicações de classes, em sua revolução. Os fatos excederam as ideologias", Gramsci, *Écrits politiques*, I, Gallimard, Paris, 1974, p. 135.

por outro lado, que certos textos dos “pais fundadores” desenvolvem sobretudo uma perspectiva “*etapista*”, onde se pressupõe uma ordem rígida de sucessão de etapas históricas (econômicas e/ou sócio-políticas). Seria portanto interessante tentar dar conta dessa contradição e situá-la no seu contexto histórico concreto, no Século XIX.

Um estudo desta ordem merece ser esboçado na medida em que não existe, até onde podemos saber, *nenhuma tentativa* de análise *sistemática* do problema da revolução permanente no conjunto da obra de Marx e Engels, e na medida em que as ambigüidades e/ou intuições desta obra serviram com freqüência de ponto de partida para as elaborações teóricas e as discussões políticas do Século XX. Com esta análise tentaremos responder à pergunta paradoxal formulada pelo jovem Gramsci: a Revolução russa era uma negação viva do *Capital* e do pensamento de Marx?

### A REVOLUÇÃO FRANCESA (1789-93) COMO DUPLO MODELO

Como Marx e Engels encaravam as revoluções nos países atrasados, semifeudais, absolutistas? Acreditavam numa repetição das revoluções burguesas do passado, ou num desenvolvimento ininterrupto da revolução até a tomada do poder pelo proletariado?

Longe de encontrar nos escritos de Marx e Engels uma resposta unívoca e coerente para essas questões, deparamos aí com elementos contraditórios que exprimem de resto as contradições da realidade social e do período.

A Revolução francesa de 1789-1793 serviu, paradoxalmente, de modelo tanto para uma como para outra resposta. Para Marx e Engels o modelo “clássico” e exemplar da revolução burguesa era a grande Revolução francesa que, ao contrário da inglesa, “foi uma ruptura completa com as tradições do passado e varreu os últimos vestígios do feudalismo” (4).

---

(4) Engels, Prefácio à edição inglesa de “Socialismo utópico e socialismo científico” (1892), in Marx, Engels, *Études philosophiques*, Ed. Sociales, Paris, 1948, p. 102. Poulantzas, em *Pouvoir politique et classes sociales*, Maspero, Paris, 1968, p. 187-194, põe em questão essa exemplaridade da Revolução de 1789; uma discussão deste problema escapa ao âmbito de nosso estudo; assinalemos, entretanto, que Poulantzas equivoca-se ao atribuir a Gramsci a responsabilidade dessa interpretação: Marx e Engels foram os primeiros a introduzi-la.

Para ambos, o conceito de “burguesia revolucionária” está, portanto, estreitamente ligado ao modelo de 1789 e a burguesia francesa dessa época aparece como uma espécie de padrão servindo para medir o caráter revolucionário ou não das burguesias européias (sobretudo a alemã) do Século XIX. Nos seus artigos, durante a revolução de 1848, Marx insistia constantemente no contraste entre a ousadia revolucionária da burguesia de 1789 e a pusilanimidade conservadora da burguesia alemã. Enquanto a burguesia francesa jamais abandonara seus aliados, os camponeses, na luta comum contra o feudalismo, a burguesia alemã de 1848 traíra lamentavelmente o campesinato para entrar em acordo com a aristocracia feudal e a monarquia<sup>(5)</sup>. Em 1789, a burguesia francesa fora realmente o representante geral de *toda* a sociedade moderna diante da velha sociedade feudal, contrariamente à burguesia alemã de 1848, que, desde o início, tendia à traição do povo e ao compromisso com o trono<sup>(6)</sup>.

Uma discussão histórica acerca do papel da burguesia na Revolução francesa, seu caráter revolucionário ou não, escapa ao quadro do presente estudo; basta constatar, como o fazem, de resto, Marx e Engels, que a força que conduziu a Revolução até o fim, varrendo pela violência do Terror as ruínas do feudalismo, não foi a burguesia, mas a plebe<sup>(7)</sup>. Seja como for, a categoria sócio-política “burguesia revolucionária”, que aparece em Marx e Engels principalmente no contexto histórico preciso de 1789, viria a ser, a partir do fim do Século XIX, um conceito-chave da interpretação “etapista” do marxismo.

Por outro lado, é também em relação direta com a Revolução francesa que o termo “revolução permanente” aparece pela primeira vez em Marx, na *Questão Judia* (1844), sob a forma de crítica do jacobinismo, como tentativa de impor a supremacia da esfera política através da repressão terrorista da sociedade burguesa (que era na realidade o seu próprio fundamento): “mas ela não alcança este fim sem entrar em contradição *violenta* com as suas próprias condições de existência, ao declarar a revolução *permanente*, e por esta razão o drama político culmina necessariamente na restauração da religião,

---

(5) Cf. Marx, “Das Gesetzentwurf über die Aufhebung der Feudallasten”, 30 de julho de 1848, in *Werke*, vol. 5, 282-283; trad. inglesa, “The Bill for the Abolition of Feudal Burdens”, in Marx, *The Revolutions of 1848*, p. 137-43.

(6) Marx, “The Bourgeoisie and the Counter-revolution”, dezembro de 1848, in *The Revolutions of 1848*, p. 194.

(7) Marx. “Die moralisierende Kritik und die kritisierende Moral”, 1847, in *Werke*, vol. 4, p. 339.

da propriedade privada e de todos os elementos da sociedade civil (*bürgerlichen Gesellschaft*), assim como a guerra termina com a paz” (8). Esta utilização do termo em 1844 tem ainda poucas relações significativas com a *idéia* de revolução permanente enquanto processo ininterrupto, conduzindo o proletariado ao poder em um país atrasado (a menos que se considere os jacobinos como representantes/precursores do proletariado, o que está bem longe de ser verdade). Na realidade, por esta época a palavra é empregada por Marx de maneira vaga e pouco precisa, como por exemplo nesta passagem célebre da *Sagrada Família* (1845) a propósito de Napoleão: “ele realizou o Terror substituindo a revolução permanente (*permanenten Revolution*) pela guerra permanente (*permanenten Krieg*)” (9). A bem dizer, somente em 1850 Marx utilizará pela primeira vez o termo para designar a *idéia* tal qual a conhecemos hoje em dia. Podemos contudo nos perguntar se o termo é realmente adequado e se corresponde rigorosamente à problemática que designa: sua conotação de movimento perpétuo e constante (“permanente”) não corre o risco de introduzir confusões e mal-entendidos? Uma expressão como “revolução ininterrupta e combinada” teria sido talvez preferível.

Dito isto, há um século a tradição revolucionária vem atribuindo a esta fórmula uma significação que transcende seu sentido literal, como é o caso de vários outros termos do léxico do movimento operário (a começar pelas palavras “socialismo”, “comunismo” etc.) Acrescentemos que Trotsky reconhece abertamente que o termo é “uma designação algo abstrusa” (10).

Está claro que a estratégia “permanetista” que Marx e Engels esboçarão durante os anos 1848-50 inspirava-se, *quanto à sua forma*, no ritmo e na expansão das fases da Revolução francesa de 1789-93, com a sucessão no poder de forças cada vez mais radicais, ao longo de um só e mesmo grande processo de convulsão social e política

---

(8) Marx, “Zur Judenfrage”, 1844, in *Werke*, vol. 1, p. 347; ed. inglesa, “On the Jewish Question”, in Marx, *Early Writings*, Penguin Books, London, 1975, p. 222.

(9) Marx, *Die Heilige Familie*, Dietz Verlag, Berlin, 1953, p. 251.

(10) Trotsky, prefácio de 1922 a 1905, Éd. Minuit, 1969, p. 8. Quando Krasso tenta a qualquer preço acusar Trotsky — sublinhando: “ele chamou este processo ‘revolução permanente’ — uma designação inepta que indica a falta de precisão científica mesmo nas suas mais profundas observações” (*Trotsky, the Great Debate Renewed*, New Critics Press, St. Louis, 1972, p. 16) — ele esquece simplesmente que Trotsky, por sua própria conta, tomou de empréstimo a designação criada por Marx...

ininterrupta. Em um balanço da *Nova Gazeta Renana*, redigido em 1884, Engels estabelece explicitamente este paralelo, sublinhando que fevereiro e março de 1848 foram considerados por Marx e ele como o “ponto de partida de um amplo movimento revolucionário, um movimento em que, como ocorrera na grande Revolução francesa, o povo se fosse desenvolvendo através de suas próprias lutas... em que, numa série de batalhas, o proletariado fosse conquistado, uma após outras, suas próprias posições” (11). E acredita encontrar em Marat um precursor desta orientação, na medida em que “como nós, Marat não considerava a Revolução terminada, mas sim que devia ser declarada permanente (*in Permanenz*)” (12). Todavia Engels não assinala suficientemente nesta passagem tudo o que distingue, do ponto de vista do *conteúdo social*, o processo de radicalização política da Revolução francesa e a perspectiva da revolução permanente: para além da analogia formal, trata-se de uma problemática bem diversa pois o que estava em jogo em 1848-50 era a ruptura com o próprio capitalismo e a instauração de um poder operário. A referência a Marat presta-se portanto à confusão, visto que ele (ao contrário de Babeuf) não tinha um programa realmente anti-capitalista.

Qual é a origem da fórmula “revolução permanente”?

Muitos autores mencionam Blanqui como tendo inspirado a Marx esta expressão. Ora, não encontramos traço algum deste termo nos escritos de Blanqui e além disso, quando Marx o emprega pela primeira vez, no início de 1844, desconhecia todos os textos de Blanqui.

A hipótese mais verossímil é a de que Marx o tenha encontrado numa das obras de história da Revolução francesa que consultava naquele momento: Buchez e Roux, Lévasseur etc.; mas não se pode excluir a possibilidade de que ele mesmo o tenha criado.

---

(11) Engels, “Marx und die ‘Neue Rheinische Zeitung’ 1848-49”, 1884, in *Marx, Engels, Lenin, Stalin, Zur Deutschen Geschichte*, II/1, Dietz, Berlin, 1954, p. 220. Aliás, num artigo de janeiro de 1849 sobre a insurreição húngara, Engels utiliza explicitamente o termo “revolução permanente” a propósito dos acontecimentos de 1793: “o recrutamento em massa, a fabricação nacional de armas... a revolução em permanência (*die Revolution in Permanenz*), enfim, todas as características do glorioso ano de 1793, reencontramos na Hungria armada, organizada, entusiasmada por Kossuth”, in *Werke*, vol. 6, p. 166.

(12) Engels, “Marx und die N.R.H.Z.”, p. 221.

## O CONCEITO "ETAPISTA" DA REVOLUÇÃO

Numa série de textos, de Engels sobretudo, mas também de Marx encontramos esboçada uma doutrina claramente "etapista" que apresenta a revolução burguesa e/ou o desenvolvimento do capitalismo industrial como a preliminar histórica necessária de uma intervenção revolucionária autônoma do proletariado. As justificações desta tese são ora de ordem sócio-econômica, ora político-sociais; a *démarche* nos dois casos não é exatamente a mesma.

Na sua versão mais extremada, a fundamentação econômica do "etapismo" situa-se no plano exclusivo das *forças produtivas* e faz do *esgotamento das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo* uma condição indispensável para colocar na ordem do dia sua abolição. Na Introdução de 1895 às *Lutas de Classe na França*, Engels afirma a propósito da Revolução de 1848: "a história . . . mostrou claramente que o estado do desenvolvimento econômico no continente ainda estava muito longe do amadurecimento necessário para a supressão da produção capitalista; demonstrou-o pela revolução econômica que, a partir de 1848, apoderou-se de todo o continente . . . tudo isso em bases capitalistas, o que significa que essas bases tinham ainda, em 1848, grande capacidade de expansão" (13). Esta afirmação pode ser aproximada da célebre observação de Marx no Prefácio (1859) da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, segundo a qual "nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém" (14). Tivessem Marx e Engels limitado-se a esta problemática, sua concepção não ultrapassaria o mais estreito economicismo e a questão da revolução socialista não se colocaria *em nenhuma parte da Europa* no Século XIX (e talvez mesmo hoje em dia!).

Uma outra versão econômico-social, mais flexível (que às vezes se encontra nos mesmos textos), chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento da indústria capitalista cria condições materiais para a revolução socialista transformando as *relações de produção*: constituição e concentração do proletariado industrial (*i.e.*, a classe revolucionária), dissolução no seio da massa proletária das classes

---

(13) Engels, Einleitung zur "Klassenkämpfe in Frankreich", *op. cit.*, p. 185.

(14) In Marx, Engels, *Études philosophiques*, Ed. Sociales, Paris, 1951, p. 73. Todavia, segundo Trotsky, esta tese não se refere a um país isolado, mas aos grandes sistemas produtivos em escala histórico-mundial: feudalismo, capitalismo etc. Cf. *L'Internationale après Lenine*, PUF, Paris, vol. 2, p. 32.

intermediárias, camadas pré-capitalistas, pequenos proprietários etc. Segue-se daí que a revolução socialista só é possível onde o capitalismo simplificou e polarizou a estrutura social em dois campos que se afrontam em uma luta aberta e franca: burguesia e proletariado (15). Por isso, em certos textos, Marx e Engels apresentam a *Inglaterra* como o país mais “maduro” para uma revolução socialista ou mesmo como o *único país* em que esta revolução estava na ordem do dia (16).

Pelo contrário, as justificativas de ordem *sócio-política* da necessidade de uma etapa burguesa localizam-se noutro terreno e constituem de fato uma ponte, uma transição rumo à concepção “permanente”; a revolução burguesa aparece aqui como condição prévia na medida em que, pela abolição da monarquia e do poder da nobreza feudal, simplifica o campo *político* e deixa diante do proletariado um único inimigo a ser abatido: a própria burguesia: “os operários . . . sabem que a sua própria luta contra a burguesia só poderá irromper no dia em que a burguesia vencer . . . Eles podem e devem-se encarregar (*mitnehmen*) da *revolução burguesa* como uma condição da *revolução operária*. Mas não podem considerá-la um só instante como meta final (*Endzweck*)” (17). O contraste com as fórmulas anteriores é considerável: não se trata mais de uma sucessão preestabelecida de etapas *sócio-econômicas* — implicando normalmente décadas, como de 1848 a 1895 — mas de uma seqüência de etapas *políticas* com prazos eventualmente muito mais atalhados. O aspecto “etapista” reside na afirmação categórica da revolução burguesa como preliminar *sine qua non* da luta revolucionária do proletariado, mas

---

(15) Ver, por exemplo, Marx, “Montesquieu LVI”, 22-11-1849, *Werke*, vol. 6, p. 195; Engels, “Die Bewegungen von 1847”, 23-1-1848, *in Werke*, vol. 4, p. 502-3; Engels, Einleitung zur “Klassenkämpfe in Frankreich”, *op. cit.*, p. 185-6.

(16) Cf. por exemplo a carta de Marx a S. Meyer e A. Vogt de 9 de abril de 1870: “sendo a Inglaterra a metrópole do capital, o poder que até agora dirigiu o mercado mundial, vem a ser também o país mais importante para a revolução dos operários e, além disso, o *único país* no qual as condições materiais desta revolução desenvolveram-se até um certo grau de maturação”. *In Marx, Engels, On Britain*, Moscou, 1957, p. 507.

(17) Marx, “Die moralisierende Kritik . . .”, *Werke*, vol. 4, p. 352; cf. também Engels, *Revolution und Konterrevolution in Deutschland*, 1851, *in Werke*, vol. 8, p. 10-11: “na Alemanha, a classe operária encontra-se, no seu desenvolvimento social e político, tão atrasada em relação às da França e Inglaterra, quanto a burguesia alemã em relação à burguesia destes dois países. Tal senhor, tal servidor. (. . .) O movimento da classe operária não é jamais independente, não apresenta jamais um caráter exclusivamente proletário, enquanto as diversas frações da burguesia, notadamente sua fração mais progressista, os grandes industriais, não tenham conquistado o poder político e remodelado o Estado segundo suas necessidades”.



no quadro de tal perspectiva uma revolução proletária na Alemanha poderia ser visualizada após a tomada do poder pela burguesia.

A concepção “etapista” não exclui, em Marx, a hipótese de uma tomada “prematura” do poder pelo proletariado; tal experiência, contudo, a seu ver, seria efêmera e, sobretudo, o proletariado no poder (p. ex. na Alemanha) nada poderia além de *servir a própria revolução burguesa*; o precedente histórico de tal situação seria, segundo Marx, o ano de 1794 na França, exemplo aliás bastante discutível, na medida em que o poder jacobino nesta época estava longe de ser “proletário” (18). Noutro documento (o debate no Comitê Central da Liga dos Comunistas em 1850), encontramos uma análise semelhante a propósito da França, mas desta vez Marx insiste sobretudo no peso das camadas médias numa sociedade pouco desenvolvida do ponto de vista capitalista: o proletariado triunfante estaria condenado a partilhar seu poder com os camponeses e a pequena burguesia e só poderia cumprir o programa *deles*, ao invés do seu (19). É interessante notar que esta concepção de um poder proletário, ou de uma coalizão entre operários e camponeses, limitado à execução de tarefas burguesas e revolucionárias, reapareceria na ala esquerda da Segunda Internacional antes de 1914 (notadamente com relação à Rússia): basta pensar na célebre fórmula de Lenin antes de 1917, a “ditadura democrática do proletariado e do campesinato”. Voltaremos ao assunto.

## A IDÉIA DE REVOLUÇÃO PERMANENTE

Entretanto, a concepção mais ou menos rígida de uma sucessão de etapas econômicas e/ou políticas da sociedade moderna não é a única que se encontra em Marx e Engels. De maneira contraditória — e a contradição encontra-se por vezes no coração dos mesmos textos — aparece neles a *idéia da revolução permanente*, isto é a idéia de que o proletariado poderia tomar o poder e suprimir o capitalismo (ao longo de um processo revolucionário ininterrupto) mesmo nos países

---

(18) Cf. Marx, “Die moralisierende Kritik...”, *Werke*, vol. 4, p. 338-339.

(19) “Minutes of the Central Committee, meeting of 15 September 1850”, in Marx, *The Revolutions of 1848*, p. 343. Uma outra variante desta tese encontra-se numa carta de Engels a Weydemeyer de 12-4-1853; segundo Engels, é possível que na Alemanha “nosso partido” venha a ser obrigado a tomar o poder “antes de sua época normal” e levado a “fazer experiências e saltos comunistas”, o que seria “premature” e estaria condenado ao fracasso. In *Ausgewählte Briefe*, Dietz Verlag, Berlin, 1953, p. 93-94.

periféricos, atrasados e semifeudais da Europa. Falamos justamente de “idéia” e não de *teoria* pois não se pode falar de uma teoria sistemática e coerente dessa questão nos seus escritos; trata-se antes de tudo de fragmentos, de intuições brilhantes, de iluminações visionárias que aparecem e desaparecem de modo intermitente, sem se cristalizar realmente numa doutrina e/ou numa estratégia global e rigorosa. Sua importância é antes de mais nada metodológica: mostram que Marx e Engels admitiram a possibilidade objetiva de uma ruptura na sucessão, de uma articulação dialética das tarefas históricas.

Durante os anos 1844-56, as formulações mais ricas e precisas dizem respeito à *Alemanha*: que era a essa época — convém lembrar — um país absolutista (reinado prussiano de Frederico Guilherme IV), semifeudal e que ainda não conhecera uma revolução burguesa. É interessante notar que o primeiro escrito onde Marx invoca o proletariado e sua luta emancipatória é ao mesmo tempo o primeiro que desenvolve (a propósito da Alemanha) a problemática “permanente”: trata-se da *Introdução à Crítica da Filosofia hegeliana do Direito* (artigo publicado em 1844 nos *Anais Franco-Alemães*). A experiência de Marx como associado político da burguesia liberal alemã, na qualidade de redator-chefe da *Gazeta Renana* (1842-43), o leva a conclusões bem negativas quanto à capacidade desta classe para desempenhar um papel revolucionário. A capitulação servil dos acionistas do jornal diante das injunções da censura prussiana revolta Marx que prefere demitir-se do seu cargo (1843) a se comprometer a “moderar” a orientação do periódico. Pouco depois, numa carta a Ruge, proclama seu desprezo pelos *Spiessbürger* (filistinos burgueses) que não querem “ser homens livres republicanos” mas simplesmente, como carneiros, “viver e se reproduzir” (20).

Na *Introdução* de 1844, esta conclusão é explicitada e aprofundada; para Marx, a burguesia alemã não possui “a consequência, o rigor, o arrojo, a intransigência capazes de convertê-la no representante negativo da sociedade”; falta-lhe “essa intrepidez revolucionária que joga na cara do inimigo as palavras desafiadoras: *não sou nada e deveria ser tudo*” (21). Trata-se, bem entendido, de uma comparação com a burguesia francesa de 1789, cuja “palavra de desafio” ci-

---

(20) Marx, *Werke*, vol. 1, p. 338; trad. ing., “Letters from the Franco-German Yearbooks”, in Marx, *Early Writings*, p. 201. Para uma análise mais detalhada deste período, ver nosso livro *La théorie de la révolution chez le jeune Marx*, Maspero, Paris, 1970.

(21) Marx, “Critique of Hegel’s Philosophy of Right. Introduction”, 1844, in *Early Writings*, p. 254.

tada (cf. o primeiro parágrafo de *Qu'est-ce que le Tiers État?* de Sieyès) exprimia as aspirações revolucionárias. Como explicar a pusilanimidade da burguesia alemã oitocentista em comparação com a França do Século XVIII? A análise sociológica esboçada por Marx é notável e contém em germe alguns dos elementos decisivos para a teoria da revolução permanente moderna; em particular, mostra com acuidade, numa passagem que merece ser citada integralmente, a *dialética do caráter ao mesmo tempo bastante atrasado e bastante avançado* da sociedade alemã: "cada esfera da sociedade civil . . . experimenta a derrota antes de celebrar a vitória, desenvolve seus próprios limites antes de transpor os limites que lhe são antepostos, faz valer sua mesquinha antes que possa fazer valer sua generosidade, de tal modo que até a oportunidade de chegar a desempenhar um grande papel desaparece antes de ter existido, e cada classe, tão logo começa a luta com a classe que está acima dela, vê-se envolvida na luta com a que está abaixo. De sorte que os príncipes lutam com os reis, os burocratas com os aristocratas, e a burguesia contra todos enquanto o proletariado começa a lutar com a burguesia. A classe média não se atreve sequer, do seu ponto de vista, a conceber a idéia da emancipação, e já o desenvolvimento das condições sociais e o progresso da teoria política se encarregam de revelar este mesmo ponto de vista como algo antiquado ou pelo menos problemático" (22).

É portanto a ameaça "de baixo" representada pelo proletariado que torna a burguesia alemã conservadora e a impede de vir a ser uma força revolucionária conseqüente. Segue-se daí, para Marx, que somente uma classe universal, sem nenhum privilégio para defender contra outras classes inferiores, pode liberar a Alemanha: o proletariado. Mas a emancipação à qual aspira o proletariado não é uma simples mudança política: classe com cadeias radicais, ela exige uma revolução radical, a emancipação humana geral, isto é o comunismo. Por conseguinte, "o sonho utópico para a Alemanha não é a revolução *radical*, não é a emancipação *humana geral*, mas a revolução parcial, a revolução *meramente* política, a revolução que deixa em pé os pilares do edifício . . . Na Alemanha, a emancipação universal é a condição *sine qua non* de toda emancipação parcial" (23).

É preciso acrescentar que por essa época o movimento operário praticamente inexistia na Alemanha e que a tese profundamente ou-

---

(22) *Id., ibid.*, p. 255.

(23) *Id., ibid.*, p. 253, p. 255. Ver também p. 257: "a Alemanha só pode emancipar-se da *Idade Média* emancipando-se ao mesmo tempo das vitórias *parciais* sobre a Idade Média. Na Alemanha *nenhuma* forma de servidão pode ser rompida sem abolir *todas* as formas de servidão".

sada e inovadora de Marx resultava de uma projeção da situação francesa (ele acabava de chegar em Paris e descobria a vanguarda comunista do proletariado organizado) sobre a realidade alemã. Contudo, alguns meses mais tarde tem lugar a revolta dos tecelões da Silésia (junho de 1844), na qual Marx verá evidentemente a mais notável confirmação das suas previsões. Em um artigo de agosto de 1844 dedicado aos acontecimentos silesianos (polemizando com Ruge), Marx extrai a lição histórica deste primeiro levante operário alemão: “assim como a impotência da burguesia alemã é a impotência política da Alemanha, a capacidade do proletariado alemão . . . é a capacidade social da Alemanha”; e acrescenta que se pode encontrar “os primeiros rudimentos necessários para o entendimento deste fenômeno na minha *Introdução à Crítica da Filosofia Hegeliana do Direito* (nos *Anais Franco-Alemães*)” (24).

Três anos mais tarde, Marx e Engels redigem o *Manifesto Comunista* (1848) onde formulam as questões da estratégia revolucionária na Alemanha de maneira muito mais ambígua; essa ambigüidade permitirá tanto aos partidários do “etapismo” quanto aos da revolução permanente invocar o texto do *Manifesto*. Inicialmente, ao contrário do que ocorria em 1844, Marx e Engels consideram que a hipótese de que a burguesia possa desempenhar um papel revolucionário e neste caso parece-lhes justo participar ao lado dela no combate comum contra a antiga ordem (25). Esta nova hipótese resultaria do confronto entre a burguesia e o poder monárquico durante a reunião da Dieta alemã em março de 1847? De qualquer modo, ainda que Marx e Engels levem em conta a possibilidade de uma aliança tática com a burguesia, a concepção estratégica proposta pelo *Manifesto* permanece, não obstante, no terreno do “permanentismo”: “é para a Alemanha, sobretudo, que se volta a atenção dos comunistas, porque a Alemanha se encontra às vésperas de uma revolução burguesa; e porque realizará essa revolução nas condições mais avançadas da civilização européia e com um proletariado infinitamente mais desenvolvido do que o da Inglaterra no Século XVII e o da França no Século XVIII; a revolução burguesa alemã, por conseguinte, só poderá ser o prelúdio imediato de uma revolução proletária” (26). En-

---

(24) Marx, “Critical Notes on ‘The King of Prussia and Social Reform’”, 1844, in *Early Writings*, p. 417.

(25) Marx, “Manifesto of the Communist Party”, 1848, in *The Revolutions of 1848*, p. 97: “na Alemanha, os comunistas lutam de acordo com a burguesia todas as vezes que esta age revolucionariamente: contra a monarquia absoluta, a propriedade rural feudal e a pequena burguesia”.

(26) *Ibid.*, p. 98.

contramos nesta passagem célebre algumas noções que serão importantes para a futura elaboração da teoria (tanto mais que o *Manifesto* tornar-se-á a obra mais conhecida e mais popular de Marx e Engels): 1.º a idéia de que o desenvolvimento econômico e social (a “civilização”), seu grau de “maturação revolucionária”, não podem ser medidos nos limites de um só Estado mas em escala internacional (européia, no Século XIX); 2.º a compreensão do fato de que uma revolução burguesa clássica (de tipo inglês ou francês) não se pode repetir na Alemanha em função do peso social e político que ganhou o proletariado no país; 3.º a intuição de que a revolução burguesa e a revolução proletária não são *duas etapas históricas distintas*, mas *dois momentos* de um mesmo processo revolucionário *ininterrupto* (mesmo se a afirmação de uma *prioridade necessária* da revolução burguesa abre a porta para uma interpretação de tipo “etapista” do texto).

Durante a Revolução de 1848-49 na Alemanha, Marx e Engels tentarão aplicar a orientação que haviam formulado no *Manifesto*. Para uma análise detalhada da evolução política de ambos, remetemos o leitor à obra notável de Fernando Claudin<sup>(27)</sup>; limitamo-nos, de nossa parte, a confrontar suas tomadas de posição na *Nova Gazeta Renana* com a perspectiva por eles adotada às vésperas da Revolução.

Num primeiro período (essencialmente ao longo do ano de 1848), Marx e Engels vão tratar de pôr em prática o momento inicial, tático, de sua orientação: a luta em comum com a burguesia contra o absolutismo. Eles aderem à Associação Democrática de Colônia e o jornal que fundam intitula-se simplesmente “órgão da democracia”: chegam até a associar alguns acionistas burgueses ao seu lançamento (aliás a maioria o abandonará ao fim de algumas semanas)<sup>(28)</sup>. Ainda em janeiro de 1849, Marx publica um artigo que apresenta

---

(27) F. Claudin, *Marx, Engels y la revolución de 1848*, Siglo XXI, Madrid, 1975.

(28) Seria instrutivo comparar os comentários posteriores a esta tática da parte dos marxistas do Século XX: para Lenin, em 1905, ela aparece como “inacreditável e espantosa, do nosso ponto de vista atual”, e somente explicável pela “atmosfera pequeno-burguesa da Alemanha nesta época”; Rosa Luxemburgo considera (em 1907) que a tática de Marx só poderia fracassar, deixando-o ainda numa posição “totalmente isolada e sem esperança”; ao contrário, para Stálin (em 1927), a política de Marx foi inteiramente correta e a compara, aliás, à do PC chinês em relação ao Kuomintang. Cf. Marx, Engels, Lenin, Stalin, *Zur Deutschen Geschichte*, ed. cit., p. 213, 576, e Rosa Luxemburgo, *Gesammelte Werke*, vol. 2, Dietz Verlag, Berlin, 1974, p. 212.

uma justificativa sobretudo “etapista” dessa política<sup>(29)</sup>. Todavia, mesmo durante esse período, aparecem no jornal artigos que põem em questão a tática de aliança com a burguesia. É o caso notadamente de um texto de Friedrich Engels de 21/9/1848, a propósito da vergonhosa capitulação da Assembléia Nacional de Frankfurt diante da monarquia, e de um levante de operários e camponeses da cidade e seus arredores, esmagado no sangue pelas tropas prussianas. Segundo Engels, a luta que está na ordem do dia “em Viena como em Paris, em Berlim como em Frankfurt, em Londres como em Milão, é a derrubada do poder político da burguesia”; em todas as barricadas do continente eleva-se “o emblema do combate do proletariado europeu fraternizado”, a bandeira vermelha, com a qual combateu-se, em Frankfurt, “o Parlamento dos *junkers* e burgueses unificados”. A burguesia sente-se ameaçada por todo levantamento e o povo deve lutar não só contra o Estado militar-burocrático mas também “contra a própria burguesia armada”<sup>(30)</sup>.

A partir de dezembro de 1848 esta posição será amplamente desenvolvida por Marx na célebre série de artigos intitulada “A Burguesia e a Contra-revolução”, que já mencionamos antes (a propósito do conceito de “burguesia revolucionária”). Para Marx, a burguesia alemã não está disposta a desempenhar um papel revolucionário conseqüente pois teme em demasia o perigo proletário; portanto, na Alemanha “uma pura *revolução burguesa*... é impossível”; a única alternativa real é “contra-revolução absolutista feudal” ou “revolução republicana social”<sup>(31)</sup>. Quais seriam as forças motrizes desta revolução? Num artigo de fevereiro de 1849 Marx responde: “as classes mais radicais e democráticas da sociedade”: o proletariado, o campesinato e a pequena burguesia<sup>(32)</sup>. Enfim, em abril de 1849, Marx demite-se da Associação Democrática e passa a militar essen-

(29) Marx, “Montesquieu LVI”, 22-1-1849, in *Werke*, vol. 6, p. 195: “mas dizemos aos operários e aos pequenos burgueses: antes padecer na sociedade burguesa moderna, cuja indústria cria os meios materiais necessários à fundação de uma nova sociedade que vos emancipará todos, do que voltar a uma forma social caduca que, sob pretexto de salvar vossas classes, precipitará de novo toda a nação na barbárie medieval”. Esta formulação extrema não é, todavia, típica da orientação da *Nova Gazeta Renana* e representa mais um desvio em relação à sua perspectiva global. O historiador russo — menchevique — Nicolaievsky, na sua biografia de Marx, regozija-se bastante diante desta passagem, mas reconhece honestamente que “jamais, nem antes, nem depois, na *Nova Gazeta Renana*” Marx se exprimiu com “tanta clareza”. Cf. Nicolaievsky e O. Maenchen-Helfen, *Karl Marx*, Gallimard, 1937, p. 157.

(30) Engels, “Der Aufstand in Frankfurt”, 21-9-1848, in *Werke*, vol. 5, p. 412.

(31) Marx, *The Revolutions of 1848*, p. 193-194, 212.

(32) Marx, “Die ‘Kölnische Zeitung’ über die Wahlen”, in *Werke*, vol. 6, p. 217.

cialmente no interior da Associação Operária de Colônia; é neste momento que publica o ensaio "Trabalho Assalariado e Capital" na *Nova Gazeta Renana*, com uma introdução proclamando que toda insurreição revolucionária na Europa está condenada ao malogro "até o triunfo da classe operária revolucionária", e que toda reforma social é uma utopia "até que a revolução proletária e a contra-revolução burguesa se enfrentem pelas armas numa guerra mundial" (33). Portanto, ao término da experiência da *Nova Gazeta Renana* Marx abandona a cláusula da revolução burguesa prévia formulada pelo *Manifesto Comunista* a propósito da Alemanha e desloca a problemática na direção da cena internacional. A tática de aliança com a burguesia revelara-se inaplicável e irrealista; tirando as lições dos acontecimentos, Marx aproxima-se cada vez mais de uma orientação resolutamente "permanentista" e retorna assim às concepções que defendia em 1844. Poder-se-ia, de resto, comparar a evolução de Marx desde sua primeira tentativa de aliança com a burguesia na *Gazeta Renana* (1842-43) até o artigo de 1844 nos *Anais Franco-Alemães*, e a que o fez passar dos primórdios da *Nova Gazeta Renana* (1848) às posições radicais de 1849-50. Nos dois casos, a hipótese inicial — admitida com reservas e dúvidas —, a aposta na oposição conseqüente da burguesia ao sistema absolutista-feudal precisou ser abandonada durante o caminho à luz da experiência histórica concreta. Na realidade, a capacidade de retificar suas pressuposições à luz da *práxis* social e da luta de classes é uma das características que distingue Marx (e Engels) de certos "marxistas" posteriores.

A radicalização das posições de Marx e Engels sobre a Revolução alemã vai prosseguir no exílio londrino. Em março-abril de 1850, Engels publica *A Campanha pela Constituição do Reich*, que termina com a seguinte conclusão: "desde a derrota de junho de 1848 coloca-se a seguinte questão para a parte civilizada do continente europeu: ou bem dominação do proletariado revolucionário, ou então supremacia das classes que dominavam antes de fevereiro. Não é mais possível um meio-termo. Na Alemanha, em particular, a burguesia . . . só alcançou seu predomínio contra o povo, para dele abdicar em seguida em favor da nobreza e da burocracia . . . A Revolução na Alemanha não poderá mais ser concluída senão através da dominação integral do proletariado" (34). Pela mesma época (março de 1850), Marx e Engels vão escrever o documento em que a perspectiva da revolução permanente se apresenta do modo mais claro, explícito e coerente: a *Mensagem do Comitê Central à Liga*

(33) Marx, "Lohnarbeit und Kapital", 5-4-1849, in *Werke*, vol. 6, p. 397.

(34) Engels, "Die deutsche Reichsverfassungskampagne", 1850, in *Zur Deutschen Geschichte*, ed. cit., p. 560-561.

*dos Comunistas*, de março de 1850. O ponto de partida desse texto é a constatação da aliança reacionária entre a burguesia liberal e o absolutismo feudal; contra essa coalizão conservadora, Marx e Engels consideram por um momento uma ação em comum com o Partido Democrata, pequeno-burguês. Contudo, “enquanto os pequenos-burgueses democratas querem concluir a revolução o mais rapidamente possível . . . os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente até que seja eliminada a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o poder de Estado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não só num país, mas em todos os países predominantes do mundo . . . e até que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado” (35). Esta passagem contundente contém três temas decisivos para a problemática da revolução permanente: 1.º) o desenvolvimento ininterrupto da revolução num país semifeudal, até a tomada do poder pelo proletariado; 2.º) a aplicação pelo poder proletário de medidas anticapitalistas, socialista-revolucionárias; 3.º) o caráter mundial do processo revolucionário e a nova sociedade socialista, sem classes e sem propriedade privada.

Que forma deve tomar a luta revolucionária dos operários nessa perspectiva? Marx supõe que o partido democrata (burguês/pequeno-burguês) será conduzido ao poder na Alemanha pela próxima vaga revolucionária; ora, “ao lado dos novos governos oficiais, os operários deverão constituir imediatamente governos operários revolucionários, seja na forma de comitês ou de conselhos municipais, seja na forma de clubes operários ou de comitês operários, de tal modo que os governos democrático-burgueses não só percam imediatamente o apoio dos operários, mas também se vejam desde o primeiro momento fiscalizados e ameaçados por autoridades atrás das quais se encontre a massa inteira dos operários” (36). Inútil sublinhar a extraordinária similitude entre este programa de ação e a Revolução de Outubro de 1917: organização de conselhos operários, dualidades de poder, revolução permanente. A semelhança torna-se ainda mais estreita quando Marx e Engels insistem na necessidade de centralizar os conselhos operários e de dotá-los de uma “guarda vermelha” (37). A *Mensagem* termina com um apelo aos operários

---

(35) Marx, Engels, “Adress of the Central Committee of the Communist League (March 1850)”, in *The Revolutions of 1848*, p. 323-324.

(36) *Ibid.*, p. 326.

(37) *Ibid.*, p. 326: “os operários devem procurar organizar-se independentemente, como guarda proletária, com chefes e um estado-maior eleitos por eles próprios, e pôr-se às ordens, não do governo, mas dos conselhos municipais revolucionários criados pelos mesmos operários”.



alemães para que organizem o seu partido independente, sem se deixar enganar pelas frases hipócritas da democracia pequeno-burguesa: “seu grito de guerra há de ser: a Revolução Permanente” (38).

Este texto, por razões facilmente compreensíveis, sempre provocou o embaraço, a irritação ou o constrangimento dos intérpretes “etapistas” da obra de Marx. Trata-se, para uns, de um “programa revolucionário incompatível com o materialismo histórico”, para outros, de uma “breve aberração jacobino-blankuista” de Marx (39). O historiador menchevique Nicolaievsky pensa ser “difícil afirmar que este documento reflete realmente, em todos os detalhes, a opinião de Marx”, sendo de fato, um “compromisso” de Marx com a ala extremista da Liga dos Comunistas (40). Para a maior parte destes autores, o documento, e a problemática da revolução permanente, derivam do “blankuismo”, acusação formulada pela primeira vez por Bernstein em 1899 (41).

Ora, não somente a problemática da *Mensagem* não é de modo algum blankuista — na medida em que não se propõe uma conspiração, mas a *auto-organização revolucionária das massas operárias* — como também o tema da revolução permanente não é de origem blankuista. Na verdade, para poder classificar as idéias de Marx em 1850 de “blankuistas”, Bernstein é obrigado a “redefinir” o conceito de blankuismo, que para ele não é a teoria do golpe de Estado organizado por uma sociedade secreta (“definição superficial”) mas, sobretudo, “a teoria do poder ilimitado da violência revolucionária e do seu corolário: a expropriação” (42). Bem entendido, graças a uma definição “ampliada” como esta, toda corrente revolucionária socialista seria necessariamente “blankuista”...

Em contrapartida, Bernstein revela senso filosófico profundo quando divisa na *dialética* a fonte do que intitula o “erro blankuista” de

---

(38) *Ibid.*, p. 330.

(39) Cf. J. Plamenatz, *German Marxism and Russian Communism*, Longmans, London, 1963, p. 127, e G. Lichtheim, *Marxism*, Prager, New York, 1962, p. 125.

(40) Nicolaievsky e O. M. Helfren *Karl Marx*, p. 173. Esta tese reaparece em vários autores, por exemplo, em Richard Hunt, *The Political Ideas of Marx and Engels*, London, 1975, para quem o texto de 1850 é a expressão de “concessões táticas” de Marx. Para uma crítica destas interpretações artificiais, ver Robin Blackburn, “Marxism: Theory of Proletarian Revolution”, *New Left Review*, n.º 97, maio-junho de 1976, p. 12-13.

(41) Cf. Bernstein, *Les pré-supposés du socialisme*, Seuil, Paris, 1974, p. 58-67.

(42) Bernstein, *op. cit.*, p. 59.

Marx e Engels. A idéia da transformação da próxima explosão revolucionária alemã em revolução permanente é, para Bernstein, fruto da dialética hegeliana (“tanto mais perigosa quanto não é jamais inteiramente falsa”) que autoriza a “passagem brusca da análise econômica à violência” e ensina que “cada coisa traz em si o seu contrário” (43).

Com efeito, *é justamente graças a uma demarche dialética que Marx e Engels podem ultrapassar o imóvel e rígido dualismo entre evolução econômica e violência política, revolução democrática e revolução socialista*; é apreendendo sua unidade contraditória e a possibilidade de saltos qualitativos (“passagens bruscas”) no processo histórico, que eles formulam, na *Mensagem* de março de 1850, os fundamentos da idéia de revolução permanente. Ao método dialético de Marx e Engels (que intitula “os *tours de force* lógicos do hegelianismo”), Bernstein opõe “o recurso ao empirismo” como “único meio de evitar os piores erros” (44). Não se poderia resumir melhor o que, no plano metodológico, está em jogo na teoria da revolução permanente!

Do ponto de vista da previsão “empírica” dos fatos históricos imediatos, Marx e Engels estavam evidentemente enganados em março de 1850; mas esse erro era ao mesmo tempo uma prefiguração genial das revoluções proletárias do futuro e uma abordagem dialética extremamente fértil dos problemas da luta de classes nos países capitalistas retardatários; continha também a intuição de que as revoluções irrompem mais facilmente na periferia do que no centro do sistema capitalista, tese que Marx e Engels formulam explicitamente no fim de 1850: “essas convulsões violentas devem ocorrer necessariamente antes nas extremidades do organismo burguês do que no seu coração, onde são maiores as possibilidades de restauração do equilíbrio” (45). Sobre a questão do erro de prognóstico de Marx e Engels em 1850, Trotsky escreveu um comentário que nos parece bastante esclarecedor: “Marx considerou a revolução burguesa de 1848 como o prelúdio imediato da revolução proletária. Marx ‘errou’. Porém o seu erro tem um caráter fatal e não metodológico. A revolução de 1848 não se transformou na revolução socialista. Mas é justamente por isso que não realizou a democracia”. Esta

---

(43) Bernstein, op. cit., p. 67.

(44) *Ibidem*.

(45) Marx, *The Class Struggles in France, in Surveys from Exile*, Penguin, 1973, p. 131. Para Marx, em 1850, o “coração” é a Inglaterra e as “extremidades”, os países do Continente.

distinção entre erro de fato e justeza metodológica é paradoxal, embora ofereça, a nosso ver, uma das chaves para interpretar os textos de Marx sobre a revolução de 1848-50.

O alcance metodológico residia na compreensão, *de um ponto de vista teórico geral*, de que uma revolução proletária socialista era *objetivamente possível* em um país atrasado, semifeudal, periférico, onde se condensam as contradições pré-capitalistas e as do capitalismo; compreensão também de que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas até o mais elevado nível não é condição necessária para uma revolução desse tipo. O erro empírico estava na previsão de uma ascensão revolucionária proletária *hic et nunc*, por exemplo na Alemanha de 1848-50. Um método correto não é de modo algum em si mesmo uma garantia *suficiente* para o conhecimento verdadeiro e, por conseguinte, não é incompatível com inexactidões fatuais parciais. De resto, a obra de Marx contém muitos erros de fato acerca de várias questões (além do problema que nos interessa), sem que disso se possa deduzir a falsidade do materialismo histórico...

Em fins de 1850, Marx e Engels compreendem que a revolução está derrotada na Alemanha e que sua perspectiva otimista não corresponde à realidade. Isto não significa que abandonem a orientação voltada para a revolução socialista nesse país; ainda em 1856, numa carta famosa a Engels, Marx considera que esta hipótese, sublinhando a importância decisiva do campesinato em tal contexto: "the whole thing in Germany wird abhängen von der Möglichkeit to back the proletarian revolution by some second edition of the peasants war" \* (46). Num ensaio de 1914, Lenin cita esta passagem e a interpreta nos seguintes termos: "enquanto a revolução democrática (burguesa) não estava acabada na Alemanha, Marx dirigiu toda sua atenção, no que concerne à tática do proletariado socialista, para o desenvolvimento da energia democrática do campesinato" (47). Na realidade, a posição de Marx é muito mais radical: mais precisamente, sua problemática não é a da revolução democrático-burguesa, mas a do apoio do campesinato a uma *revolução proletária*, idéia que se encontra, por certo, no centro da teoria da revolução permanente tal como Trotsky a desenvolverá a partir de 1905.

---

o "Tudo, na Alemanha, dependerá da possibilidade de reportar a revolução proletária a alguma segunda edição da guerra camponesa".

(46) Marx a Engels, 16-4-1856, in Marx, *Ausgewählte Schriften*, II, Moskau, 1934, p. 440.

(47) Lenin, "Karl Marx", in Marx, *Engels, Marxisme*, Moscou, p. 45-46.

### Post-scriptum

Quando já havíamos terminado a redação deste texto, recebemos um exemplar do livro de Luís Alfredo Galvão, *Marx & Marx* (Editora Ática, S. Paulo, 1977), que tem como um de seus temas principais a questão da prática política de Marx na Revolução de 1848-50.

Hoje em dia está em moda em certos círculos parisienses carregar o pobre Karl Marx de todos os pecados do mundo, e de todas as catástrofes da humanidade no Século XX, catilinária que termina geralmente em uma apologia aberta ou disfarçada do capitalismo; como diria Bernard Henry Levy, um dos polígrafos dessa nova escola, auto-intitulada "Nova Filosofia", a alternativa de nossa época é "capitalismo ou barbárie".

O livro de Luís Alfredo Galvão (de quem fomos colega de estudos na Faculdade de Filosofia da USP ...) distingue-se vantajosamente desta literatura lacrimante e contra-revolucionária (no sentido estrito da palavra) por apresentar uma crítica a Marx "a partir de um ponto de vista revolucionário" (p. 14) que é o do socialismo libertário, de inspiração bakuninista (ver p. 134, 157). Com efeito, por mais que se considere a perspectiva libertária como equivocada ou utópica, não se pode deixar de respeitá-la como orientação que se situa claramente no campo revolucionário, e como doutrina que avança elementos de reflexão importantes que não podem ser menosprezados, à luz da experiência histórica de mais de cinquenta anos de degeneração burocrática do Estado Soviético.

Nesta breve nota não se trata obviamente de uma discussão geral das pressuposições bakuninistas do trabalho de Galvão, mas apenas de levantar algumas críticas precisas em relação ao tema central de seu interessante livro: a estratégia e tática de Marx na Revolução de 1848-50.

Segundo Galvão esta questão provoca embaraço e perplexidade entre os marxistas, que preferem abster-se de abordá-la: "O fato é que na bibliografia marxista não vamos encontrar praticamente nada referente à atuação revolucionária de Marx e Engels no período de 48-50, exceto uma pequena monografia de Auguste Cornu e referências de seus biógrafos" (p. 166-67). Na realidade existem vários trabalhos sobre este tema, desde o clássico ensaio de Engels em 1884, "Marx und die Neue Rheinische Zeitung" (que Galvão parece desconhecer) até o livro de G. Beckers, *Karl Marx und Fried-*

*rich Engels in Koln 1848-49*, Rutter und Loening, Berlin, 1963 etc. (1).

Algumas das observações críticas de Luís Alfredo Galvão sobre o entusiasmo de Marx pelo papel “progressista” da burguesia alemã em 1848 são bastante pertinentes; no entanto, sua análise da *Mensagem* de março de 1850, em que Marx avança a noção de revolução permanente é pouco convincente; a acusação de “blanquismo” (que remonta a Bernstein), não nos parece fundada: para Marx a ditadura do proletariado deve ser exercida *pela própria classe*, pela massa dos proletários — e não, como para Blanqui, por uma elite auto-selecionada de revolucionários. Galvão tem o direito de considerar a hipótese de uma ditadura das massas proletárias como “absurda” (p. 134) mas não o de ignorar o que separa radicalmente esta concepção de Marx da doutrina jacobino-blanquista da ditadura de uma “minoria esclarecida”. Para Galvão a ditadura do proletariado é “absurda” porque “ditadura é um regime que, por definição, tem apenas um homem ou um número extremamente reduzido de homens na chefia do governo” (p. 134). Antes de mais nada, parece-nos pouco frutífero o procedimento de resolver um problema teórico e político complexo “por definição” — e ainda por cima decretando a própria definição como a única possível! Se abrirmos um dicionário qualquer, por exemplo o *Petit Robert*, muito usado na França, veremos a seguinte definição de ditadura: “Concentration de tous les pouvoirs entre les mains d’un individu, d’une asssemblée, d’un parti, d’une classe”. Uma coisa é desenvolver uma crítica libertária ao conceito marxista de ditadura do proletariado, outra muito diferente é proclamar a questão como liquidada “por definição”...

Ao analisar a política de Marx em março de 1850, Galvão formula vários juízos que nos parecem bastante discutíveis e contraditórios, e que revelam a nosso ver uma certa confusão quanto ao problema da revolução permanente. Por exemplo, faz a afirmação curiosa de que a ditadura do proletariado para Marx “não era internacional; muito pelo contrário, era especificamente nacional... O verdadeiro objetivo de Marx, pode-se dizer, era a Revolução Nacional Alemã” (p. 146-47). Ora, algumas páginas antes Galvão menciona a passagem do texto de março de 1850 em que Marx proclama explicitamente que o objetivo dos comunistas é dar continuidade à Revolução

---

(1) O livro de Fernando Claudin, já mencionado, *Marx, Engels y la Revolución de 1848*, é sem dúvida o melhor até agora sobre este tema, mas obviamente Galvão não pôde consultá-lo, já que foi publicado somente em 1975.

até que o proletariado haja conquistado o poder “não só em um país, mas em todos os países importantes do mundo” (p. 151). Claramente, para Marx, a unificação nacional alemã não era senão um *momento* num processo revolucionário ininterrupto, cujo “verdadeiro objetivo” era a revolução *mundial*.

Outro exemplo: Galvão afirma categoricamente que “a noção de revolução permanente de Trotsky nada tem a ver com a noção de revolução permanente de Marx. Para aquele, revolução permanente era a transformação de uma revolução burguesa em revolução proletária... Para Marx, revolução permanente era a forma que deveria assumir a ditadura do proletariado...” (p. 167). Mas algumas páginas antes, Galvão escreve, a propósito da concepção de revolução permanente de Marx em março de 1850: “A permanência da revolução pode ser entendida nesse sentido como uma revolução ininterrompida, isto é, uma revolução burguesa que se transforma em revolução política” — isto é, exatamente a tese defendida por Trotsky a partir de 1905! Por outro lado, para Marx, a revolução permanente não era “a forma que deveria assumir a ditadura do proletariado”, posto que a revolução permanente, visando à revolução internacional, à instauração do comunismo como sistema mundial, leva em última análise à *abolição do Estado* (objetivo comum aos marxistas e anarquistas) e portanto à abolição da ditadura do proletariado, última forma do Estado.

Ademais, apresentar (como o faz Galvão) a orientação de Marx em 1850 como o resultado da “perda de serenidade” (p. 164) de Marx no “fogo da revolução” (p. 165) está longe de ser uma explicação teórica e histórica do problema. Ao considerar a perspectiva de revolução permanente de Marx em março de 1850 como o produto do “calor da ação” que “dissolve a teoria” (p. 164), Galvão não só dissolve a teoria e a história na psicologia, mas esquece a *cronologia*: Marx estava no “fogo da revolução” e no “calor da ação” em 1848 quando defendia, enquanto redator da *Neue Rheinische Zeitung* em Colônia, uma orientação bastante moderada de aliança com a burguesia democrática (que Galvão critica, com razão, como equivocada); em *março de 1850*, no momento em que escreve a famosa *Mensagem* e chama o proletariado a lutar pela revolução permanente, o “fogo da revolução” já se havia extinguido e Marx se encontrava há quase um ano exilado em Londres... Não seria muito mais plausível supor que a tese de revolução permanente é o fruto de uma reflexão fria e analítica sobre os acontecimentos do período 1848-49 e particularmente sobre o papel capitulador e contra-revolucionário da burguesia liberal alemã?

De maneira geral os erros e equívocos de Marx em 1848-50 não podem ser compreendidos em termos de “serenidade” ou outros estados de espírito, mas correspondem a nosso ver a uma *contradição real do período histórico*: a burguesia já havia deixado de ser uma classe revolucionária e o proletariado ainda não era suficientemente forte para tomar a cabeça do processo revolucionário. Isto não impede que a *Mensagem* de março de 1850, apesar de estar equivocada em seu otimismo revolucionário a curto prazo, contenha uma hipótese profundamente significativa, decisiva mesmo para compreender o que se passou no Século XX: a possibilidade de um processo ininterrupto de transformação da revolução democrática em revolução socialista nos países do capitalismo periférico. Por isto nos parece surpreendente a sugestão de Galvão segundo a qual, comparando a prática de Marx e Engels em 1848-50 com a de Lenin e Trotsky em 1917 (p. 166), “não seríamos obrigados a afirmar que Plekhanov e Martov estavam com a razão?” Ora, os mencheviques (Plekhanov e Martov) insistem precisamente que o determinismo econômico (o nível das forças produtivas) e a férrea necessidade histórica tornam impossível um processo de revolução permanente na Rússia, isto é, para eles a Revolução russa não poderia, em hipótese alguma, superar o horizonte estritamente democrático-burguês. Como conciliar isto com as teses de Marx em março de 1850?

Mas parece que Galvão partilha a concepção do processo histórico de Plekhanov e Martov, uma vez que insiste na “necessidade de ferro” da história, na qual “tudo dependeria” das forças produtivas... Para Galvão a libertação não parece ser uma *práxis* de auto-emancipação revolucionária implicando uma dimensão *voluntária* e *consciente*, mas o produto de um “destino” preestabelecido, de uma espécie de lei natural: “Se a liberdade tem de vir, ninguém poderá impô-la, e se o nosso destino é sermos escravos de um Estado cada vez mais poderoso, nenhuma vontade poderá evitá-lo”. Encontramos aqui um curioso fatalismo (nada bakuninista por sinal) que desemboca numa espécie de “attentismo” de tipo materialista metafísico: “Quando chegará o momento em que a base material propiciará a libertação?” (p. 156) Uma combinação (anarco-menchevique?) *sui generis* entre Plekhanov e Bakunin pode constituir uma figura interessante do panorama ideológico, mas parece-nos pouco apta a dar conta da relação dialética entre condições objetivas e subjetivas, que é precisamente o eixo metodológico central dos escritos de Lenin e Trotsky em 1917...